



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

PAUTA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
10ª SESSÃO ORDINÁRIA
DATA: 13 DE JULHO DE 2010 (terça-feira)
HORA: 14h30
LOCAL: SALA DE REUNIÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
(3º andar do Prédio Procurador de Justiça João Bosco Carneiro)

PAUTA

- 1º) Abertura da sessão pelo Presidente;
- 2º) Leitura da ata da sessão anterior, discussão e aprovação;
- 3º) Comunicações do Presidente;
- 4º) Comunicações do Corregedor-Geral do Ministério Público;
- 5º) Comunicações dos membros do Colégio de Procuradores;
- 6º) Leitura do expediente:

6.1 – Recebimento do memorando nº 130/2010, de 01 de julho de 2010, subscrito pela Diretora de Tecnologia da Informação, Roberta Pereira Cabral - Assunto: Informação sobre o fornecimento do serviço de internet.

6.2 – Recebimento do memorando nº 065/2010, de 01 de julho de 2010, subscrito pelo Diretor de Apoio Funcional, Wellington dos Santos Sales - Assunto: Tabela de relação dos servidores da DIAFU designados para o plantão do MP junto ao ao segundo grau de jurisdição no mês de julho do corrente ano.

7º) LEITURA DA ORDEM DO DIA;

Relatoria:

7.1) Procedimento n. 2010/9901 – Assunto: Recurso – Interessado (a): Dr. Carlos Guilherme Santos Machado – Relatora: Procuradora de Justiça Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo.

Apreciação:

7.2) Substituições dos Procuradores de Justiça pelos Promotores de justiça

junto as câmaras do TJ-PB.

7.3) Proposta de Anteprojeto de Lei n. 01/2010 – Autor: Procurador Geral de Justiça **Oswaldo Trigueiro do Valle Filho** - Base **constitucional e legal**: Constituição Estadual, art. 126 e Lei Complementar nº 19, de 10.01.94, art. 15, inciso IV (Lei Orgânica do Ministério Público) - **Acresce e diminui quantitativo de vagas em cargos do quadro de servidores auxiliares do Ministério Público, e dá outras providências.**

8º) Discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia;

9º) Encerramento da sessão pelo Presidente.

*** Pauta Publicada no Diário da Justiça – 2º Caderno, em 11 de julho de 2010.**